

Cara leitora, caro leitor,

É com grande satisfação que apresentamos a 110ª edição da Revista Jurídica da Presidência – RJP, encerrando seu 16º volume.

Neste número, temos como autor convidado o Professor Doutor Fredie Didier Júnior, membro do Conselho Editorial da RJP. O artigo “Controle concentrado de constitucionalidade e revisão de coisa julgada: análise da reclamação nº 4.374/PE”, escrito em parceria com Lucas Buril de Macêdo, aborda a possibilidade de revisão das decisões do Supremo Tribunal Federal proferidas em ações declaratórias de constitucionalidade no âmbito de uma reclamação constitucional. À luz de amplo estudo doutrinário, o estudo propõe que as relações entre as normas sejam entendidas como relações continuadas.

No artigo “Atividade institucional do INSS e sua difícil relação com o Judiciário”, Fabrício Faroni, Henrique Rangel e Carlos Bolonha investigam se a estratégia utilizada pelo Judiciário pode ter efeitos positivos na atuação do INSS. Os autores analisam, com base na teoria institucional, a atuação do Poder Judiciário para solução de casos no âmbito da previdência social e qual a sua repercussão junto à Instituição Previdenciária.

Em seguida, Lorena Mesquita Silva propõe uma interessante reflexão sobre o papel do Judiciário como responsável pela manutenção das normas constitucionais. Com base nos ensinamentos de Peter Häberle, a autora vislumbra as possibilidades de ampliação da interpretação da Constituição por meio de maior abertura aos diálogos sociais.

Ainda na trilha da reflexão relacionada à Constituição, Fernando Laércio Alves da Silva apresenta um estudo balizado nos conceitos de contraditório e imparcialidade. Ele questiona as alterações propostas pela Lei nº 12.403, de 2011, no instituto da prisão preventiva previsto no Código de Processo Penal.

Nesta edição contamos com um texto sobre concursos públicos, escrito por Fernando de Castro Fontainha, Pedro Heitor Barros Geraldo, Alexandre Veronese e Camila Souza Alves. Os autores buscam, especificamente, verificar a existência de uma “ideologia concursista” que teria se instalado no país após a Constituição de 1988. Com o objetivo de verificar lacunas entre o discurso produzido sobre concursos e a realidade desse fenômeno, eles analisam os editais de seleção de servidores públicos lançados entre 2001 e 2010.

O tema do conhecimento tácito, especialmente aquele produzido em arranjos produtivos locais, é tratado por Vivian Amaro Czelusniak, Marcia Carla Pereira Ribeiro e Dario Eduardo Amaral Dergint. O texto apresenta as dificuldades desse conhecimento tácito considerando a atual legislação para proteção da propriedade intelectual.

Por sua vez, Rodrigo Vitorino Souza Alves explora o tema do direito à autodeterminação como um direito dos povos indígenas à luz do Direito Internacional. Discute-se o conceito de povos indígenas, o papel do Estado frente à diversidade e a natureza jurídica do direito à autodeterminação.

Esta edição traz duas contribuições para reflexão sobre perspectiva de gênero dentro do Direito. O oitavo artigo da Revista, de Raquel de Mattos Pimenta, segue o entendimento de que é preciso estudar o desenho e a implementação de políticas públicas para tratar da efetivação de direitos fundamentais. Nessa trilha, a autora analisou o programa de microcrédito CrediAmigo para verificar se e como a questão de gênero foi contemplada. Marina Mendonça Vilar Trindade e Juliano Zaiden Benvindo, por sua vez, analisam a proposta o Projeto de Lei nº 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro.

Por fim, Luiz Alberto Esteves Scaloppe encerra esta edição com um estudo sobre a participação política do indivíduo no pensamento liberal através da contraposição das ideias de John Rawls e Ronald Dworkin.

A publicação da edição 110 é, mais uma vez, resultado da colaboração e dedicação de nossos parceiros: pareceristas *ad hoc* – professores vinculados às instituições de ensino superior com as quais mantemos acordos de cooperação técnica – e membros do Conselho Editorial, aos quais expressamos nossos agradecimentos. Agradecemos também às autoras e aos autores que submeteram e publicaram seus artigos neste periódico.

Desejamos a todos uma ótima leitura!